

PROTESTO

Servidores do Saúde em Casa se reúnem para manter emprego

Luiza Inez Vilela

Da equipe do **Correio**

Na tentativa de manter o Saúde em Casa e evidentemente o emprego, cerca de cem servidores do programa reuniram-se na manhã de sábado, no auditório do Cedrus (501 Norte), em assembléia para discutir o futuro do projeto na gestão Joaquim Roriz.

As demissões no programa Saúde em Casa já começaram. Até agora foram apenas seis, de assistentes administrativos lotados no Paranoá, Ceilândia, Recanto das Emas e Núcleo Bandeirante, mas já preocupam os funcionários do projeto. Segundo informações extra-oficiais divulgadas pelos sindicalistas, mais de 300 pessoas tiveram suas férias canceladas e os tíquetes refeição e os vales-transporte foram suspensos.

Depois de duas horas de encontro, com a presença de diretores de sindicatos da saúde e representantes da CUT/DF, algumas propostas foram aprovadas. Entre elas a distribuição de abaixo-assinados para coleta de assinaturas em todas as regionais, além da realização de dois atos públicos — um na quinta-feira, às 10h, em frente ao prédio das Pioneiras Sociais, e outro dia 23, em frente ao Palácio do Buriti.

A assembléia aprovou também pedido de audiência com o Secretário de Saúde para protestar contra as demissões feitas antes dos cinco meses previstos pela própria Secretaria, quando terminaria estudo que está sendo feito sobre o programa. E ficou decidido ainda que haverá manifestações de apoio ao Saúde em Casa em todas as regionais.

NARUA

“Estou emocionada. Encontro na rua pessoas que a gente atende que se abraçam comigo e choram, com medo que o programa acabe”, lamenta Vanda Jourdan, médica há 15 anos e integrante de uma das equipes de atendimento rural.

A atual coordenadora do Saúde em Casa na Secretaria de Saúde, Maria da Paz Coutinho, garante, no entanto, que o programa não vai acabar. “O que está dando certo será mantido e o que não está funcionando será mudado”, explica. “Mas é prematuro dizer qual rumo vai tomar o programa porque ele está sendo avaliado por uma comissão em seus vários aspectos. Aliás, o critério de avaliação é técnico e não político”, assegura a coordenadora. “O objetivo é atender bem a comunidade. O programa será adequado às diretrizes do Programa de Saúde em Família (PSE), aprovado pelo Ministério da Saúde”, complementa.

Quanto às demissões, “até onde sei estão sendo substituídos 14 assistentes administrativos do Instituto Candango de Solidariedade (ICS), que exerciam cargo de confiança”, disse a coordenadora, lembrando que essa parte é de responsabilidade do ICS.